

HABEAS CORPUS Nº 548.733 - SP (2019/0357353-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **SILAS RODRIGUES DOS SANTOS**
ADVOGADO : **SILAS RODRIGUES DOS SANTOS - SP365295**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **FRANCISCO FERNANDO DOS SANTOS (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Francisco Fernando dos Santos**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que indeferiu o pedido de liminar no *writ* ali impetrado (HC n. 2259944-51.2019.8.26.0000), mantendo a prisão preventiva imposta pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Ibiúna/SP (Autos n. 0002740-32.2019.8.26.0238).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 17/11/2019, pela suposta prática da conduta descrita no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (apreensão de 58 papелotes de cocaína, além da quantia de R\$ 1.140,00). A prisão foi convertida em preventiva (fls. 19/21). Impetrado *habeas corpus*, com pedido liminar, na origem, o pleito emergencial foi indeferido pelo Desembargador relator (fls. 16/18).

Na presente impetração, ressalta o imperante ser necessária a superação da Súmula n. 691/STF.

Alega constrangimento ilegal consistente na ausência de fundamentação para decretação da segregação cautelar do paciente, a qual está fundamentada em argumentos genéricos, sem lastro concreto e sem abordagem da situação individual do paciente (fls. 4/5).

Registra que, em juízo de proporcionalidade, não se mostra bastante os fundamentos exarados pelo magistrado *a quo*, sobretudo porque *foram encontradas com o paciente 58 (cinquenta e oito) porções de cocaína, quantidade que não é elevada a ponto de, por si só, demonstrar acentuada periculosidade* (fl. 8).

Menciona que o paciente é *primário, possui bons antecedentes, residência fixa e, ainda, é possuidor de doença grave, contagiosa, fatal e necessita de tratamento*

Superior Tribunal de Justiça

especializado e contínuo, conforme faz prova a inclusa (fl. 12).

Postula, então, a concessão liminar da ordem, a fim de que seja concedida liberdade provisória ao paciente, com ou sem aplicação das medidas cautelares do art. 319 do Código de Processo Penal, ou, alternativamente, seja a prisão preventiva substituída por prisão domiciliar, nos termos do art. 318 do Código de Processo Penal, com expedição do competente alvará de soltura (fl. 15).

É o relatório.

O *habeas corpus* não comporta dilação probatória e exige prova pré-constituída das alegações, cabendo ao impetrante o ônus processual de produzir elementos documentais consistentes, destinados a comprovar as alegações suscitadas no *writ*.

No caso, deixou o impetrante de juntar aos autos cópia de peça indispensável para análise da questão, qual seja, do auto de prisão em flagrante, razão pela qual não há como verificar a verossimilhança das alegações, impossibilitando, por conseguinte, a análise da controvérsia.

Em razão disso, com base no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o presente *writ*.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator